

Policy Brief

Indicadores de saúde bucal na Atenção Primária à Saúde em municípios de linha de fronteira comparados aos demais municípios dos estados fronteiriços

Autores: Vinícius de Moraes Simião, Livia Fernandes Probst, Andreia Queiroz Cardoso e Alessandro Diogo De-Carli



Contexto

A desigualdade socioeconômica das regiões de fronteira, somada às suas características singulares, fragiliza o acesso, a longitudinalidade e a integralidade da atenção à saúde bucal nos municípios fronteiriços (Gomes et al., 2019), comprometendo os atributos da Atenção Primária à Saúde (APS). Esse fenômeno ocorre globalmente, de modo que áreas transfronteiriças apresentam indicadores de saúde distintos em relação a outras regiões.



No Brasil, as iniquidades no acesso aos serviços de saúde em regiões de fronteira frequentemente decorrem da migração pendular, caracterizada pelo deslocamento periódico de pessoas em busca de trabalho, estudo ou atendimento em saúde (Zaslavsky; Goulart, 2017). Esse movimento sobrecarrega os sistemas de saúde, que passam a lidar com demandas não previstas no planejamento de recursos, restringindo-se muitas vezes a procedimentos básicos e resolutivos. Isso impacta a notificação de dados e o cálculo de indicadores (Silva, 2015).

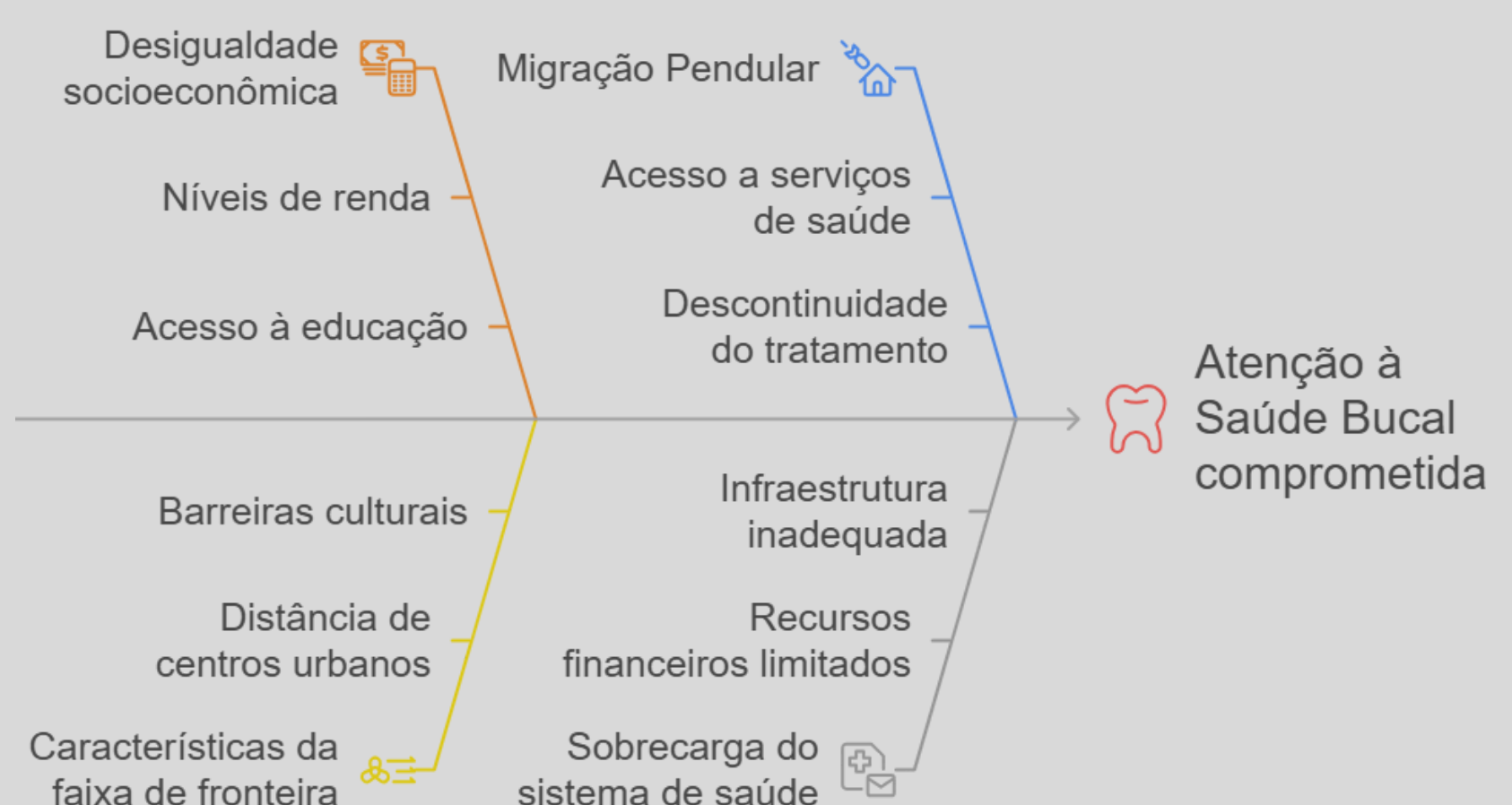
Na União Europeia, países com diferentes condições socioeconômicas enfrentam maiores dificuldades na integralidade do cuidado a imigrantes e na cooperação transfronteiriça; contudo, experiências na Áustria e República Tcheca mostram ser possível garantir a sustentabilidade da atenção à saúde nesses territórios (Zanden; Hoebe; Horstman, 2024; Böhm; Kurowska-Pysz, 2019).

Diante desse cenário, que pode gerar barreiras de acesso ao cuidado em saúde bucal, e considerando que a Estratégia Saúde da Família (ESF) é o modelo de APS brasileiro responsável por essas demandas, este estudo busca comparar indicadores de saúde bucal entre municípios fronteiriços e não fronteiriços, apontando possíveis soluções inspiradas em evidências internacionais.



Desafios na Atenção à Saúde Bucal

- Dificuldade de continuidade do tratamento devido à migração pendular, fragilizando a longitudinalidade do cuidado na APS.
- Alta proporção de exodontias em detrimento de procedimentos conservadores.
- Subnotificação em sistemas de informação.
- Ausência de financiamento específico para atender à demanda transfronteiriça.



Resultados

Acesso à primeira consulta na APS: municípios fronteiriços apresentaram maior cobertura de primeiras consultas odontológicas programáticas na APS, embora ainda aquém do parâmetro nacional esperado (15%).

Continuidade do Cuidado: a proporção de tratamentos concluídos foi mais elevada em municípios não fronteiriços.

Exodontias: ambos os grupos ultrapassaram o parâmetro esperado (<8%), com taxas mais elevadas nos municípios fronteiriços.

Dados e Informação: a subnotificação e a ausência de interoperabilidade comprometem a completude e a confiabilidade dos dados disponíveis.

Característica	Municípios Fronteiriços	Municípios Não Fronteiriços
Acesso à primeira consulta na APS	Maior Cobertura	Menor Cobertura
Continuidade do Cuidado	Menos Frequente	Mais Frequente
Exodontias	Taxa mais alta	Taxa mais baixa
Dados e Informação	Comprometida	Comprometida



Recomendações

Territorialização: mapear as áreas de responsabilidade específicas da equipe de Saúde Bucal (eSB) na ESF, identificando residentes e migrantes pendulares, de modo a planejar ações preventivas e curativas direcionadas a essa população (Zaslavsky; Goulart, 2017).

Gestão da informação: incentivar o compartilhamento e a correta inserção de dados nos sistemas nacionais, além de implementar estratégias de interoperabilidade com os sistemas de informação dos países vizinhos (Liu et al., 2022).

Cooperação internacional: promover a construção conjunta de protocolos de atendimento, a definição de fluxos operacionais e a formalização de acordos de custeio que assegurem repasses proporcionais ao atendimento de estrangeiros no âmbito do Mercosul (Zanden; Hoebe; Horstman, 2024; Böhm; Kurowska-Pysz, 2019).

Promoção de tratamentos conservadores: estabelecer estratégias de monitoramento e avaliação formativa que priorizem ações de promoção e prevenção em saúde bucal, contribuindo para a redução de exodontias e a ampliação de práticas de redução de danos (Costa Junior et al., 2021).

Referências

- BÖHM, H; KUROWSKA-PYSZ, J. Can Cross-Border Healthcare Be Sustainable? An Example from the Czech-Austrian Borderland. Sustainability. 2019; 11(24):6980. <https://doi.org/10.3390/su11246980>
- COSTA JUNIOR, S. et al. Política Nacional de Saúde Bucal: metassíntese dos estudos sobre a Rede de Saúde Bucal. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 55, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rsp/2021.v55/105/pt/>. Acesso em: 20 mai. 2025.
- GOMES, S. P. M.; CARVALHO, M.; BALTAZAR, M. M. M. Perfil de estrangeiros e brasileiros atendidos pela odontologia na atenção básica em município de fronteira. Ciência, Cuidado e Saúde, v. 18, n. 2, p. 0-3, abr. 2019.
- LIU M, QI Y, WANG W, SUN X. Toward a better understanding about real-world evidence. European Journal of Hospital Pharmacy. 2022 Jan;29(1):8-11
- SILVA, N. C. F. Indicadores de saúde bucal e o nível de cobertura da primeira consulta odontológica nos municípios da faixa de fronteira do Arco Sul. 2015. Dissertação (Mestrado em Odontologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- ZANDEN, B.A. van der; HOEBE, C.J.; HORSTMAN, K. European policies for public health in border regions: no European mindset as yet. BMC Public Health 24, 746 (2024). <https://doi.org/10.1186/s12889-024-18175-9>
- ZASLAVSKY, R.; GOULART, B. N. G. Migração pendular e atenção à saúde na região de fronteira. Ciência e Saúde Coletiva, v. 22, n. 12, p. 3981-3986, dez. 2017.